

Resumo da ópera 2024

Em pouco mais de 48 horas deixará seu cargo o primeiro presidente do Banco Central com mandato.

Na verdade, este é o segundo.

O primeiro foi Denio Nogueira, e o final não foi bom.

Empossado em abril de 1965, quando o BCB começou a funcionar, Nogueira foi “renunciado” em abril de 1967 por determinação do presidente general Costa e Silva a pedido de Delfim Netto.

O episódio é contado com ironia por Roberto Campos, o avô, em seu livro de memórias. E serve como um dos marcos da captura da autoridade monetária pelos interesses do inflacionismo.

Claro que a hiperinflação não veio só por causa disso, inclusive porque começou “oficialmente” muitos anos depois, em 1989.

A captura se materializou ao longo dos anos 1980 com a ascensão do CMN (Conselho Monetário Nacional), um órgão político, que já foi muito parecido com uma “câmara setorial” (ou com o chamado Conselhão) sobre um BCB enfraquecido.

A vacina contra a captura é habitualmente designada como independência (autonomia?) do BCB, um conceito cuja fórmula varia muito conforme o país e a circunstância. Para o Brasil, entre muitos, destacaria três componentes:

- (i) mandatos (para os dirigentes) que o Presidente não pode interromper senão por “comprovado e recorrente desempenho insuficiente”, atestado por maioria absoluta no Senado;
- (ii) colegialidade, ou a ausência de decisões “monocráticas” de seus dirigentes, ou o princípio do “um por todos e todos por um”; e
- (iii) regras decisórias claras e de amplo conhecimento (o sistema de metas para a inflação) que existem para formar consensos (e não para prestigiar a autoridade que *escolhe* a meta), fora dos quais o mercado apita.

O sistema passou bem pelos primeiros dois anos da Presidência Lula-3, mas não sem alguns abalos. Os fantasmas da virada de mesa, das “bancadas” no COPOM e da alteração do regime de metas estiveram sempre por perto, mas há quatro fatos a festejar:

- (i) Lula não ‘renunciou’ RCN.
- (ii) De 16 reuniões do COPOM, 14 terminaram com decisões unânimes, ainda que duas tenham registrado um 5 a 4, as reuniões de número 256 e 262, as duas únicas ocorrências desde 1996.
- (iii) Nada relevante se alterou no regime de metas.

- (iv) A confirmação da indicação de Gabriel Galípolo se deu num contexto de armistício (rendição?), todos beijando a Cruz da independência, inclusive o Presidente prometendo ... cumprir a lei.

Como os pecados em pensamento não contam, vamos começar 2025 com a alma pura, mas com o fiscal fora do lugar.